ZH ZERO HORA

Publicado em 05/12/2022 - 05:54

Financiamento e expansão do SUS serão desafios para o governo Lula

Financiamento e expansão do SUS serão desafios para Lula

Saúde é pressionada por teto de gastos, envelhecimento da população e fila de atendimentos represados pela pandemia

MARCEL HARTMANN
marcel.hartmann@zerohora.com.br

O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), assumirá o próximo mandato com dois grandes desafios na área da saúde: encontrar formas de financiar o Sistema Único da Saúde (SUS) em meio ao teto de gastos e qualificar o atendimento em um cenário no qual brasileiros estão cada vez mais dependentes de políticas públicas, após a pandemia de covid-19.

O governo de transição calcula que 100 milhões de brasileiros dependem de algum tipo de assistência. Além disso, o SUS é a única fonte de atendimento de 70% da população. Estudos mostram que, após ser criado, ele reduziu a mortalidade infantil, aumentou a expectativa de vida e incrementou a cobertura vacinal – antes, pobres dependiam da assistência de Santas Casas e outras entidades.

Nos próximos quatro anos, conforme especialistas e gestores, o governo precisará expandir o atendimento enquanto reforça programas que perderam verba, como o Farmácia Popular, o Programa Nacional de Imunizações (PNI) e o Médicos pelo Brasil – em relação a esse, Lula anunciou que retomará a forma do Mais Médicos, criado na gestão de Dilma Rousseff (PT).

Todavia, o governo federal é pressionado pelo teto de gastos, pelos maiores custos com inflação e judicialização de pedidos, além de elevada demanda devido ao envelhecimento populacional e à fila de consultas e cirurgias represadas na pandemia.

Os números mostram que o orçamento do Ministério da Saúde inflou nos dois primeiros anos da pandemia, mas enfrenta ressaca: o projeto de lei orçamentária de 2023 enviado pelo governo Jair Bolsonaro (PL) para aprovação do Congresso é de R$ 146,4 bilhões em valores corrigidos pela inflação, a menor em dez anos e R$ 16,5 bilhões abaixo do orçamento da pasta deste ano, segundo estudo da consultoria técnica da Câmara e do Senado.

Cortes

O governo afirma que os cortes devem-se ao teto de gastos, âncora dos investimentos do setor público. Em nota *(leia ao fim da reportagem)*, o Ministério da Economia diz que o orçamento enviado para o Congresso foi feito "em meio ao elevado nível de indexação e rigidez alocativa das despesas, o que obrigou a uma alocação de recursos conservadora", mas que o Parlamento poderá alterar.

Já o teto de gastos é uma emenda à Constituição que deverá ser respeitada. De 2018 até 2022, a medida fará o SUS deixar de receber quase R$ 36,9 bilhões, segundo estudo da Associação Brasileira de Economia em Saúde (ABrES).

– O próximo governo terá de rever programas cortados no governo passado. Temos um pós-pandemia com pessoas esperando atendimento e os mais pobres migrando ao SUS porque perderam planos de saúde – alerta Diego Espindola, secretário-executivo do Conselho dos Secretários Municipais da Saúde do RS (Cosems-RS).

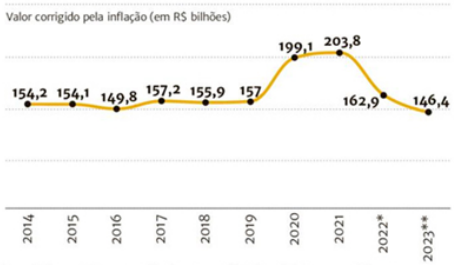
O envelhecimento da população brasileira aumentará em 11% as despesas em saúde pública entre 2017 e 2030, mostra relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) entregue à equipe de transição de Lula. O texto indica que o SUS apresenta sinais de insustentabilidade e que, em 2030, a União gastará com saúde R$ 219 bilhões. Para cobrir o déficit assistencial, seriam necessários R$ 277 bilhões.

Integrantes da transição, por outro lado, afirmam que o orçamento da saúde enviado por Bolsonaro é insuficiente e a área precisa de mais R$ 22,7 bilhões para funcionamento básico. Para contornar o entrave, o novo governo busca aprovar no Congresso a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, que prevê R$ 198 bilhões fora do teto de gastos – grande parte para o Bolsa Família.

– Para combater a fome e a pobreza absoluta, a proposta prevê a retirada permanente do Bolsa Família do teto de gastos nos próximos quatro anos para recompor o custeio de áreas que sofreram forte redução de recursos. Experiências do pós-guerra mostram que esse gasto é redistributivo: se você aumenta o gasto público em relação ao gasto privado, libera a renda das famílias que é gasta com saúde para que gastem com bens de consumo – observa o economista Carlos Ocké, doutor em Saúde Coletiva e pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea).

O orçamento do setor

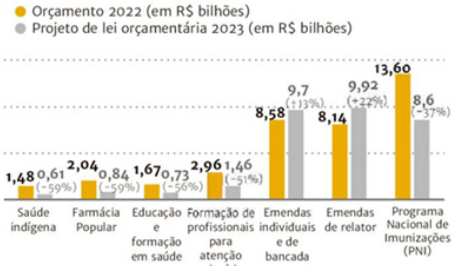
Previsão é de queda de R$ 16,5 bilhões, segundo proposta enviada por Bolsonaro ao Congresso



*Permitido em Lei Orçamentária de 2022 **Projeto de lei orçamentária 2023
Fonte: Consultorias técnicas do Senado e da Câmara e Siop

O rateio entre áreas e emendas

Programas em saúde perdem verba, mas emendas de parlamentares ganham peso. Farmácia Popular perdeu 59% da verba entre este ano e projeto de orçamento para 2023



Fonte: Associação Brasileira de Economia em Saúde com base em dados do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop)

Cartaz em unidade básica de Três Coroas, no Vale do Paranhana, mostra dificuldade enfrentada nos municípios

Programa faz a diferença

Na gestão Bolsonaro, algumas áreas do SUS receberam orçamento de guerra contra a covid, mas houve cortes em outros programas. O Farmácia Popular, parceria com farmácias que distribui remédios de graça ou com até 90% de desconto para diabetes, hipertensão, asma e Parkinson, perdeu R$ 1,2 bilhão neste ano e, para 2023, deve sofrer corte de mais 59%.

Para evitar a piora de doenças crônicas, o orçamento do Farmácia Popular deve ser "recomposto de imediato", defende a vice-presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e professora da Faculdade de Saúde Pública da USP, Marília Louvison:

– Muitos pacientes hipertensos e diabéticos são absolutamente dependentes desse programa e nem sempre encontram medicamentos na sua unidade básica de saúde. Temos pacientes que tomam medicamentos para baixar colesterol e tratar hipertensão, vão à farmácia, não encontram remédio e não têm dinheiro. Aí diminuem a dose ou deixam de comprar.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Novo Governo **Pagina:** 8

Copyright © Clipclap 2025.